



EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA CLÁSSICA TRADIÇÃO DA PEDAGOGIA MODERNA

Prof. Dr. Evaldo Luis Pauly; Prof. Ms. David Stival.

1 Introdução: três cenas brasileiras

Em 1907, convidados pela Arquidiocese de Porto Alegre, 12 Irmãos Lassalistas chegam ao Rio Grande do Sul para instalarem escolas gratuitas. Emigram da França porque as escolas das congregações docentes religiosas foram extintas pelo Ministério da Educação em 1º de setembro de 1905. Eles vêm ao Brasil com o intuito de manterem o ideal do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs de atuar como “uma Sociedade na qual se faz profissão de manter as escolas gratuitamente” para os “filhos dos artesãos e dos pobres” (LA SALLE, 2012, p. 18).



Fonte: <http://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/historia>

Em 1981, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, instala-se, na localidade de Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul, um novo acampamento de agricultores sem terra. Para simbolizar sua luta, constroem uma cruz na qual, poucas semanas depois, enrolam um lençol branco para lembrar a morte da “primeira criança no acampamento [...] como sinal de esperança” (GOES, 2004, p. 115).



Fonte: <http://cptdors.blogspot.com.br/>

Em 1º de setembro de 2017, 500 pessoas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST - ocupam um terreno de 78 mil m² da construtora MZM Incorporação Limitada em São Bernardo do Campo/SP. Em poucas semanas, 8 mil famílias estão acampadas no local. Suas crianças frequentam a brinquedoteca da biblioteca do Acampamento Povo sem Medo (CRISCI, 2017). No dia 31 de outubro, após uma missa ecumênica realizada no Acampamento, 10 mil pessoas marcham por 27 km até o Palácio dos Bandeirantes para reivindicar a construção de moradias populares no vazio urbano no qual estão acampadas.



Fonte: <http://www.mtst.org>

As três cenas ilustram a relação entre educação e movimentos sociais que é constitutiva da pedagogia moderna, como faces da mesma moeda. A pedagogia é inerente ao compromisso de pessoas adultas em relação às crianças. A educação, nestas cenas, pressupõe, por um lado, a força do engajamento político e da organização social e, por outro, a fortaleza moral capaz de mobilizar e fortalecer a disposição das pessoas em favor das crianças. Para manter a organização e a motivação de pessoas envolvidas

nestas três cenas, as ações concretas de suas lutas parecem ter “importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam” (GOHN, 2011, p. 336). Assim superam suas limitações, mantêm sua mística que busca nas raízes de suas culturas, nas experiências vividas por outros grupos em outras épocas para construir o novo que poderá libertá-las.

A educação oferece os meios que capacitam indivíduos e grupos para identificarem seus interesses, para realizarem seus objetivos, para desenvolverem suas plataformas de luta e sustentarem suas posições políticas e pedagógicas. Estabelece-se assim uma relação dialética entre a qualidade da educação e a vitalidade dos movimentos sociais, uma gera e reforça a outra.

O objetivo deste artigo é contextualizar os Movimentos sociais, suas funções e papéis como atores sociais; sua origem e história, especialmente no que concerne a suas bandeiras de luta social e reivindicações políticas. Assim, o artigo objetiva destacar a contribuição da educação nas condutas coletivas, e ressignificar os ideais e os valores daqueles movimentos. Conclui que a Educação Popular e informal, através da reflexão sobre as práticas educativas que estes movimentos desenvolvem, fortalecerá e norteará a ação dos Movimentos Sociais e populares, tanto do campo como das cidades.

A metodologia analisa a relação histórica entre os Movimentos Sociais e a Educação ressaltando a importância de ambos para o fortalecimento da democracia e de uma sociedade mais cidadã. Compreendendo o ato educativo a partir dos ideais e valores da cidadania, da democracia e em favor da promoção e defesa dos Direitos Humanos. A educação é condição para essa conquista e garantia. Nesse sentido, o artigo segue uma tradição brasileira, cujo voto perfilou-se ao de nações vitoriosas na guerra contra o nazi-fascismo, proclamando na Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948:

a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos [...].

2. Movimentos Sociais e suas definições: a função e a atuação dos Movimentos Sociais.

Encontram-se diversos conceitos de Movimentos Sociais formulados por vários autores, no entanto, quase todos convergem para um mesmo enfoque: são grupos sociais que se organizam a partir de objetivos comuns na luta por direitos e transformações da realidade aflitiva em que se encontram e vivem para que ninguém, nas palavras do preâmbulo daquela Declaração, “seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão”. Nesse sentido, os movimentos sociais requerem um esforço consciente de pacificação de relações sociais opressivas. É o que se pode depreender das citações que seguem.

Para Gohn, os movimentos sociais realizam “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (2008b, p. 7). A mesma autora, formulou a definição:

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. [...] Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, [...]. Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (GOHN, 2011, p. 336)

Ao fazerem suas análises da conjuntura e da correlação de forças na sociedade, os movimentos sociais podem adotar diferentes estratégias e táticas para atingirem seus objetivos. Por isso suas ações concretas vão desde simples denúncias, passando pelas pressões indiretas e diretas como mobilizações, marchas, passeatas, podendo ou não serem consideradas como distúrbios à ordem e desobediência civil pelo poder judiciário. Realizam negociações, ocupações de prédios públicos e privados, de áreas rurais e urbanas que se encontram improdutivas ou em litígio, como em alguma das cenas brasileiras apresentadas na introdução deste artigo.

São novos sujeitos sociais que ao promoverem seu empoderamento passam atuar na conjuntura, enfrentando as instituições e conquistando espaços na sociedade além das conquistas materiais concretas para sua base social. Assim, as “forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas” para que possam desenvolver-se “atividades que são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais” cuja “experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam” (GOHN, 2011, p. 336).

Para Melucci, movimento social diz respeito à análise dos “fenômenos de ação coletiva” (2001, p. 33), tendo em vista o entendimento da dinâmica interna do movimento e a intrínseca heterogeneidade de posições que delinearão sua constituição. Por esta razão, a compreensão destes “fenômenos” está vinculada à análise das relações sociais e ao tipo de conflito que orienta a ação. Nestes grupos ocorre muita interatividade e diálogo, que após trocarem ideias das suas experiências, se escutam e questionam todo o contexto em que estão inseridos sugerem ações alternativas e saídas inovadoras para as suas pautas de reivindicações.

Historicamente o conceito e a origem dos Movimentos Sociais situam em torno dos primeiros estudos sobre este fenômeno empreendidos a partir de 1840 sobre os emergentes movimentos sociais europeus. Esses estudos foram, posteriormente, apropriados pelo marxismo e esta categoria de análise viria a designar a organização da classe trabalhadora em torno de partidos e sindicatos, tendo por objetivo “a transformação das relações capitalistas de produção” (DOIMO, 1995, p. 37). Até princípios dos anos 60 do séc. XX, vigoraria a concepção que associava “movimento social” à luta do proletariado (Idem, p. 39).

Neste pulsar da sociedade as ações de tais movimentos vão desde a indicação de representantes para a participação nos Conselhos setoriais de proposição e gestão de políticas públicas, nas Conferências de definição de políticas, nas passeatas e nas ocupações de terras rurais e urbanas, até as campanhas de amamentação, de uso do “soro caseiro”, da fabricação comunitária de complemento alimentar de alto teor nutricional, ou outras pequenas iniciativas populares capazes de ter incidência na diminuição da mortalidade infantil. Ou seja, uma série de distintas iniciativas que dialogam de

forma diferenciada, mas complementar, com resultados para melhorar a qualidade de vida das pessoas e o seu modo de vida.

3. Origem e história. Os principais atores.

No Brasil, a aparição de movimentos sociais é historicamente situada na década de 70, sob a vigência da ditadura militar. De acordo com Gohn, neste período, as demandas reivindicativas inscritas nos movimentos sociais europeus ainda repercutiam na América Latina, mas no contexto latino-americano foram os “movimentos populares que ganharam centralidade” (2008b, p. 215). Ainda segundo esta autora, com tais expressões são denominados uma multiplicidade de movimentos cujas reivindicações inicialmente orientavam-se contra à “dilapidação da força de trabalho” GOHN, (2008b, p. 214).

Mas será na década de 80 que os Movimentos Sociais emergem no contexto social e político brasileiro com capacidade criativa, organizativa e mobilizadora, tornando-os protagonistas e responsáveis por conquistas que garantiram algumas melhorias na qualidade de vida de amplos setores sociais. Estas conquistas não se restringiam as reivindicações materiais, mas também obtiveram avanços significativos na afirmação de direitos e exercício da cidadania para um número cada vez maior de agrupamentos humanos. Alcançaram êxito na construção de identidades coletivas e autoestima pessoal e social de setores e grupos historicamente discriminados ou oprimidos. Tiveram uma intervenção decisiva nas políticas públicas, modificando ou inibindo seculares práticas assistencialistas e clientelistas, principalmente a partir de 2003, contribuindo assim para mudanças em nível do poder local e da política tradicional. Basta mencionar que em 2009, “o Brasil contabilizou 43.156 conselhos municipais” que quanto

ao número de conselhos municipais implantados, verifica-se que os que têm maior percentual total de implantação são os Conselhos de Assistência Social, presentes em 99% dos municípios, seguidos dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), com 98% dos municípios brasileiros, cerca de 5.466. Em seguida vêm os conselhos de saúde, com 97%, e os conselhos do Fundeb, com 94%. (ROJAS, 2014, p. 66)

Cabe destacar a intensa participação da cidadania nestas conquistas democratizantes. Elas estão permeadas por processos educativos, tanto dos conselheiros que são indicados, quanto pelos movimentos e organizações sociais que os elegem ou indicam. Tais processos educativos nascem da luta por direitos coletivos que dizem respeito à esfera das políticas públicas sociais, portanto, o debate deve centrar-se na discussão quanto ao aperfeiçoamento nos mecanismos de eleição e/ou indicação, quanto ao conteúdo dos debates e atribuições legais dos Conselhos e no controle social sobre a execução das decisões e/ou deliberações emanadas. Esses Conselhos são de atuação antiga, mas sua ampliação e abrangência são muito recentes:

De 1941 a 2013 foram realizadas 138 conferências nacionais, das quais 97 aconteceram entre 2003 e 2013 abrangendo mais de 43 áreas setoriais nas esferas municipal, regional, estadual e nacional. Aproximadamente, nove milhões de pessoas participaram do debate sobre propostas para as políticas públicas – desde as etapas municipais, livres, regionais, estaduais até a etapa nacional. As etapas preparatórias (municipais, territoriais, temáticas) são momentos importantes e ricos no processo de uma conferência. É nelas que o debate se intensifica, tanto nos temas nacionais como nos locais, proporcionando ao cidadão oportunidade de propor soluções para os problemas da sua cidade, estado e do país.¹

De 2011 a 2014 foram realizadas 26 Conferências Nacionais, com os seguintes temas: Segurança Alimentar e Nutricional; Arranjos Produtivos Locais; Direitos da Pessoa Idosa; Assistência Social; Juventude; Políticas para as Mulheres; Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Saúde; Transparência e Controle Social; Direitos da Criança e do Adolescente; Emprego e Trabalho Decente; Direitos da Pessoa com Deficiência; Desenvolvimento Rural Sustentável; Meio Ambiente; Desenvolvimento Regional; Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Comunidades Brasileiras no Exterior; Cidades; Cultura; Saúde Indígena; Arranjos Produtivos Locais; Assistência Social; Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente; Migrações e Refúgio.

Além desses Conselhos previstos pela legislação, há de se considerar diversos conselhos de cunho programático partidário que atuam em administrações populares nos municípios como são os diferentes modos de operar o Orçamento Participativo em Prefeituras, as tribunas populares de

¹ Informações disponíveis no site da Secretaria de Governo da Presidência da República, disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/participacao-social/conferencias>, acesso 21 nov. 2017.

algumas Câmaras de Vereadores, as Audiências Públicas realizadas com a supervisão do Ministério Público, etc.

A Educação que permeia os Movimentos Sociais surge também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutam para que o debate pedagógico se coloque a partir de sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. Temos assim uma educação que se descola da escola formal que atende aos interesses de sistemas de ensino mais tradicionais. A Educação vinculada aos Movimentos Sociais tende a desenvolver um projeto político-pedagógico que tenciona a “lógica escolar” assumida pelos processos formadores, por vezes também daqueles que acontecem fora da escola.

Do ponto de vista da teoria pedagógica, o projeto político-pedagógico dos Movimentos Sociais ainda não pode e talvez nem deva ser o mesmo da política pública. Descentrar-se da escola tradicional parece ser uma condição para que a Educação dos movimentos populares mantenha uma visão mais alargada de educação e não perca o horizonte das grandes questões da formação humana, reafirmando e trabalhando uma concepção de educação emancipatória. A materialidade educativa de origem da Educação popular está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais. Por isso, como afirma Caldart (2002, p.81) “ela desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos, econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça inclusive na escola”.

Os movimentos sociais multiplicaram-se no Brasil durante os anos 80 e 90, percebendo-se, no país, progressiva ampliação e diversificação de organizações populares, com diversos modelos organizativos, formas de mobilização, bandeiras de luta, relações com mediadores e interlocutores, processos de formação das lideranças populares. Neste período se consolidam muitos grupos e entidades locais, mas também movimentos nacionais, principalmente aqueles que lutam mais diretamente em torno de questões centrais da sobrevivência das pessoas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Associativismo Comunitário nas suas diversas formas de expressão; movimentos de luta por moradia popular e de defesa dos favelados. Há movimentos com forte caráter identitário, como os de mulheres,

de negros, de portadores de deficiência, de homossexuais. Vários movimentos de defesa e de organização de crianças e adolescentes; de meninos e meninas de rua. Organizam-se grupos de ajuda humanitária, de presença fraterna e solidária. Lutas específicas como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Consolidaram-se no período, vários movimentos de inspiração religiosa, como as Comunidades Eclesiais de Base, as pastorais sociais vinculadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, bem como os Centros de Educação Popular e milhares de Organizações Não Governamentais (ONGs).

O MST tem sua visibilidade e expressão radicalizada a partir da ocupação da Fazenda Annoni, que ocorreu em outubro de 1985 e durou até 1993, quando os colonos foram assentados, mas deixou marcas na história da luta camponesa. Símbolo de resistência e de luta pela terra, esse acampamento foi um dos mais longos conflitos no estado. Foi à primeira ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que já vinha se estruturando desde o acampamento da Encruzilhada Natalino. A partir daí o MST se consolida como movimento social e suas práticas se disseminam por todo o território nacional. Hoje, os assentados da Annoni constituem parte da história da reforma agrária que deu certo. Abertos às novas ideias, eles se organizaram em cooperativas, como é o caso das Cooperativas de Produção Agropecuária LTDA Cooptar (Sarandi); Coopan (Nova Santa Rita); Coopava (Piratini); Coopac (Charqueadas); Cootap (Eldorado do Sul) entre outras. O MST, portanto, é um movimento de massa que luta, basicamente por terra, pela Reforma agrária, por um modelo agrícola baseado na agricultura familiar e na produção de alimentos orgânicos ou alimentação saudável. Está organizado em 24 estados das cinco regiões do país. São cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização, e estes se mantêm articulados e mobilizados, pois entendem que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para uma Reforma Agrária efetiva.

4. Características Básicas dos Movimentos Sociais e as condutas coletivas. Os ideais e valores.

Embora os Movimentos sociais sejam diversos e possuam objetivos totalmente diferentes entre um e outro, têm em comum características básicas. Eles possuem identidade; têm opositores; articulam um projeto de vida como um modo de vida: fundamentam-se em um modelo de sociedade; contribuem para organizar e conscientizar a sociedade; valem-se de instrumentos de luta social como a pressão, a mobilização, a ocupação, a greve.

Mesmo aqueles que desenvolvem lutas específicas, como as lutas pela terra, pela moradia, por aumento salarial, por direitos trabalhistas, pela melhoria nas condições de infraestrutura de uma rua ou comunidade, entre tantas outras reivindicações, todos têm em comum, além de suas bandeiras de lutas individuais, concepções de sociedade que estão incorporadas nas suas pautas reivindicatórias. Os movimentos concebem uma sociedade incluyente, contrária à exclusão. Esforçam-se na construção de uma cultura política de inclusão; pelo reconhecimento da diversidade cultural, preservando as diferenças e as identidades multiculturais dos movimentos sociais; ações de sustentabilidade e de preservação ambiental; ideário civilizatório de construção de uma sociedade democrática; por um modelo econômico com justiça social e melhor distribuição de renda; etc.

O importante neste momento é registrar que estas expressões organizativas mobilizam grupos específicos, levantam bandeiras bem definidas, apresentam formas diversas de mobilização, conseguindo consistência cada vez maior, construindo teias de articulação às vezes invisíveis e redes de comunicação e solidariedade responsáveis por importantes conquistas. Entre estas podemos destacar: Consciência de direitos e exercício da cidadania; mudança no poder local e deslocamentos na política tradicional; autoestima pessoal e solidariedade social; melhoria nas condições de vida e garantia de sobrevivência.

Nas redes de articulação dos movimentos sociais costumam ocorrer, frequentemente, uma leitura das conjunturas política, econômica e sociocultural que, relacionadas com suas pautas, proporcionam aprendizados e ajudam a determinar ações para luta e transformação do presente. Os sujeitos que

protagonizam as novas ações sociais e participam dos movimentos sociais atuais, extrapolaram as classes trabalhadoras, ou seja, estes já não são apenas os operários ou grupos de sem terra ou sem teto. Hoje, diferentes pautas e movimentos congregam vários grupos, tais como: de Proteção aos Animais e Veganos, LGBT, de Defesa do Consumidor, Preservação do Meio Ambiente, pela Ética na Política, Movimento de Mulheres, pela Reforma Urbana, Movimento Negro, etc. Todos geram aprendizados para além de suas agendas, pois, propiciam uma articulação coletiva e reflexiva sobre a conjuntura e suas implicações no contexto de suas pautas de luta. Como expressa Gohn

a participação social em movimentos e ações coletivas geram aprendizados e saberes. Participação em movimentos sociais gera saberes mediante a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. (2011, p. 333)

Para além desse aprendizado de cunho político, ocorre um processo de construção/reconstrução de valores morais e éticos constituintes da socialização democrática: igualdade, justiça social, fraternidade, solidariedade, colaboração, associativismo, cooperativismo, liberdade, autonomia e inserção social, especialmente, no mundo do trabalho digno. Para Melucci temos cinco princípios de análise dos movimentos sociais:

a) Um movimento social não é uma resposta a uma crise, mas uma expressão de conflito; b) Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere; c) O campo analítico da ação de um movimento social depende do sistema de relações no qual tal ação coletiva se situa e à qual ele se refere; d) Todo movimento concreto contém sempre uma pluralidade de significados analíticos; e) Cada movimento é um sistema de ação coletiva, com oportunidades e vínculos (2001, P.33).

Os movimentos sociais vêm desempenhando um papel fundamental na articulação entre o Estado e a sociedade civil, através da luta por direitos e mais democracia; e fundamentalmente na conquista dos direitos sociais garantidos pelas políticas públicas.

5. Movimentos Sociais: Educação popular e informal.

Para o estudo da relação entre Movimento Social e Educação, usa-se um conceito de 'Educação Ampla', ou seja, para além da educação formal ou escolar, pois, entende-se que ocorrem aprendizados e produção de saberes em outros espaços, especialmente nos espaços coletivos dos movimentos sociais. Esta concepção de educação é sustentada pela visão freiriana que afirma a educação como um processo através do qual o ser humano, em diálogo com o mundo, mediado pelo educador, se torna sujeito, faz cultura e história. Para Freire não existe educação exclusiva, já que ela é um processo contínuo de conscientização e libertação humanas.

A educação é um ato político, portanto não é neutra, deve ser a mesma criteriosamente, pensada e praticada a partir do homem que se tem e que se quer formar. Decorre daí, a opção por uma educação a serviço do homem numa luta contra a educação dominante, contra a inculcação e legitimação do poder que se representam os aparelhos escolares. Deve a educação propiciar uma conscientização visando uma mudança, a totalidade das pessoas envolvidas em que se atua com vista a atingir a toda a comunidade. (FREIRE, 1982, p. 24)

Essa educação não só é vista como um direito humano, mas busca o compromisso de servir à política dos subalternos, dentro de uma Educação Popular, que aflora das culturas populares, e que reflete a consciência de um povo ou segmento social a caminho de construir sua própria liberdade. A Educação Popular, na concepção freiriana, é um instrumento de serviço ao trabalho político que tenha a pretensão de libertar o ser humano, razão pela qual não pode ser inventada desde fora dos movimentos sociais, pelo contrário, é forjada na própria luta, onde a pessoa é a sujeita de sua própria educação. Não há, portanto, um que educa e outro que aprende, mas um processo educativo autônomo em que os protagonistas destes Movimentos Sociais educam e se educam.

A educação como um direito humano e, mais que isso, a própria noção de direitos humanos é fruto de uma longa construção histórica da luta de milhões de pessoas até chegarmos a essas conquistas. Como nos lembra Bobbio "Os direitos humanos não nascem todos de uma vez, nem se instituem todos ao mesmo tempo. Eles não são dados, eles são construídos, são uma

invenção humana, e estão em permanente processo de construção, desconstrução, reconstrução” (2004, p.36). É um exercício da cidadania, que praticado pelos integrantes dos Movimentos Sociais, a partir do novo saber obtido na luta política concreta, lhes confere certa autonomia de iniciativa e de ação, valoriza as pessoas como sujeitos conscientes de que direitos não são ganhos, mas conquistados.

Havia uma presença forte nestas organizações sociais de uma Educação popular através da formação política e sindical, na alfabetização de adultos e acompanhamento de grupos populares como expressa Silva

As ideias de Paulo Freire, que articulavam ação cultural e prática política, mesclaram-se a outros fundamentos destes novos movimentos sociais, para dar vigor ao debate sobre autonomia dos sujeitos, processos de transformação, democracia e organização de base, igualdade de direitos e construção de novos direitos. (2005, p.28)

A esta concepção de Educação assumida pelos Movimentos Sociais dá-se o nome de Educação Popular (EP) porque, como campo de conhecimento e como prática educativa, se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente. Trata-se, portanto, de um esforço contra-hegemônico ao padrão hegemônico de sociabilidade. Como define Paludo

Construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital. O que se busca refletir é esse processo. Partindo da constatação de que a Educação Popular está em processo de refundamentação, o estudo soma-se aos esforços realizados por educadores que assumem essa concepção educativa no Brasil e também na América Latina frente aos novos direcionamentos do projeto hegemônico, notadamente a partir dos anos 1970, cujo marco significativo, no campo da educação, foi e é o de transformá-la em mais uma mercadoria. (2015, p.220)

Movimentos Sociais e Educação Popular surgem numa mesma época, pois uma é gestada pela outra, na medida em que ambas se necessitam para fazer frente a uma realidade em que o Estado e a educação, notadamente a formal, reproduziam as relações econômicas e socioculturais do sistema de dominação vigente. Paludo nos aponta algumas das fontes teóricas e agentes sociais que deram consistência a essas formulações:

Marcadamente, do ponto de vista das suas fontes teóricas, pode-se citar a teoria marxista; os autores latino-americanos, dentre os quais ganham destaque Martí e Mariátegui e, acima de todos, Paulo Freire, com o método de alfabetização de jovens e adultos e a formulação da “Pedagogia do Oprimido”; as matrizes da Teologia da Libertação; do sindicalismo; a indigenista; dos movimentos urbanos, rurais e comunitários; do socialismo; da revolução; das artes, com o Teatro do Oprimido; e a da comunicação. (2015, p. 226)

Temos assim um “Movimento de Educação Popular” que vem de diversas matizes: do campo e da cidade, de Igrejas, Universidades, sindicalismo, partidos políticos de esquerda, centros de educação popular e escolas de formação, auxiliadas financeiramente por ONGs internacionais e que mesmo não sendo forças políticas homogêneas, tinham em comum a luta contra a hegemonia dominante, a qual todos queriam transformar, através de mudanças sociais e políticas radicais.

Todas estas forças e atores sociais que foram surgindo com o fim da ditadura militar e o advento da democracia tinham como propósito tornarem-se organizações populares autônomas com o desejo de construir o “poder popular”. Assim como expressa Paludo:

Enquanto Movimento, a EP cumpriu um forte papel de ação cultural no interior do campo e para além dele, constituindo-se em mediação entre a realidade objetiva e o projeto de futuro em construção. Por meio dele, articulado aos processos de luta e resistência, ia-se recompondo a representação do real enquanto totalidade, superando a fragmentação, na direção de uma concepção “ético-política”. (2015, p. 226)

Temos assim uma relação dialética e de interação permanente entre a Educação Popular e os Movimentos sociais, pela qual ambas se geram e se reforçam dentro de um movimento político e sociocultural mais amplo. Este movimento, por sua vez, constitui-se como formador na medida em que pela vivência concreta, os sujeitos destes movimentos sociais transformam suas vivências, seus modos de relações na sociedade e de compreensão da realidade.

Concluimos assim que bem diferente ou na contramão da educação tradicional formal, a Educação Popular que permeia os movimentos sociais, tem nos seus sujeitos o protagonismo da luta e da transformação social, e que se utilizam de métodos que valorizam a participação dos indivíduos, o “fazer

com”. Em que o método ação-reflexão-ação ou prática-teoria-prática caracteriza a lógica metodológica trabalhada para que o saber popular seja significativamente valorizado.

6. Considerações finais.

Ao fazer um apanhado geral do propósito do tema Educação e Movimentos Sociais constatamos inicialmente que estes vêm desempenhando um papel fundamental na articulação entre o Estado e a sociedade civil, através da luta por direitos e mais democracia, reforçados por uma visão de Educação libertadora, comprometida com a vida, partindo da realidade opressiva, fornecendo instrumentos e meios para uma conscientização do papel de cada um na busca de sua cidadania e de melhores condições de vida.

Considerando que a educação aqui referida compreende o ato educativo a partir dos ideais e valores da cidadania, da democracia e em favor da promoção e defesa de seus direitos. O protagonismo dos sujeitos na ação demonstrará que a implementação no âmbito educacional torna-se imperiosa para a formação de sujeitos cômicos de seus deveres e dos seus direitos, aptos a reivindicar a efetivação do Estado democrático de direito no Brasil.

Por outro lado, os Movimentos Sociais têm protagonizado um novo modelo de atuação, cujo processo de colaboração e associativismo é bastante significativo para compreender o sujeito político e os processos de construção da cidadania. Assim como do ativismo associado à ampliação da agenda de direitos. A partir do reconhecimento e da pluralidade de interesses, como também do oferecimento das condições necessárias à participação social dos sujeitos, os Movimentos Sociais que se mantém mobilizados ajudam a mudar o centro de gravidade sociopolítico, de uma democracia política estruturada a partir do Estado para uma democracia mais participativa, mobilizada a partir do poder da sociedade civil. Como afirma Ramírez:

A contínua reivindicação da extensão da agenda dos direitos de cidadania e a criação de mecanismos efetivos de promoção e garantia destes direitos conforma o ideário das lutas engendradas pelos novos movimentos sociais, compreendida desde a perspectiva da inclusão social e da formação de sujeitos de direitos. (2003, p. 55)

A atual crise política provocada por denúncias sucessivas de corrupção envolvendo quase todos os partidos, grandes corporações empresariais e muitos entes federados, contribui para arrefecer a participação popular no espaço público e na disputa político-partidária, a luta de massas parece entrar em descenso e recrudesce a privação de direitos sociais mínimos. Neste contexto é necessário recuperar a trajetória secular da luta pelos avanços democráticos do país que os Movimentos Sociais trouxeram e conquistaram. Parece também necessário estimular uma releitura crítica da relação entre o poder popular buscado pelos movimentos sociais com o exercício dos mandatos populares que alcançam pela via democrática o poder estatal. É salutar que a Educação Popular aplique o seu método de ação-reflexão-ação em relação ao papel de estímulo à autonomia do poder popular em relação aos aparelhos do estado e às próprias entidades de luta popular (movimentos, sindicatos, associações, partidos, etc.).

A educação que perpassa pelos Movimentos sociais é pensada a partir deste lugar e com a participação dos sujeitos que a integram, atrelada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. A esperança pedagógica é que o binômio Educação e Movimentos Sociais continue a gerar e reforçar lutas e avanços democráticos e de cidadania. Afinal é o que precisamos e desejamos para avançarmos para uma sociedade mais democrática e com mais justiça social. O inédito-viável de uma nova onda de protagonismo popular frente aos desafios que a conjuntura e a realidade nos impõem, nutre-se das esperanças realizadas nas cenas brasileiras da Introdução. A esperança dos professores lassalistas de uma educação qualificada e gratuita para todos os filhos dos trabalhadores e pobres, inimaginável no século XVII, é realidade nas democracias consolidadas. A esperança enrolada na cruz dos acampados da Annoni está realizada para aquelas famílias cujas crianças já não precisam morrer de fome sobre uma terra improdutiva. As crianças do Povo Sem Medo já podem brincar na biblioteca de lona preta, ainda que seus pais estejam impedidos de exercer o direito à moradia digna para criar seus filhos em paz.

7. Referências bibliográficas

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E.J. et al. (orgs). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002, p. 25-36.

CRISCI, T. D. **Um grito por dignidade**: conheça a Ocupação Povo Sem Medo – São Bernardo do Campo. Postado em 04/10/2017. Disponível em: <http://www.mtst.org/mtst/um-grito-por-dignidade-conheca-a-ocupacao-povo-sem-medo-sao-bernardo-do-campo/>

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra, RJ, 1982.

GOES, C. A Comissão Pastoral da Terra: história e ambivalência da ação da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 105-141, jun.2004.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-338, maio-ago.2011.

LA SALLE, J. B. Memória dos começos. In: _____. **Obras completas de São João Batista de La Salle**. V. 1-A. Canoas, RS: Editora Unilasalle, 2012.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

PALUDO, C. Educação Popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos do Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

PEREIRA, A. C. R. Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 105-105 jan./jun. 2015.

RAMÍREZ, J. Movimentos sociais: locus de uma educação para a cidadania. In: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 49-71.

SILVA, C. S. M. Identidades e solidariedades. Educação popular e movimentos de mulheres. **Boletim 3: Educação e Movimentos Sociais**. Brasília: TV Escola, MEC. 2005. p. 27-33.

ROJAS BUVINICH, D. P. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 55-82, Feb. 2014.